

**142ª REUNIÃO CTIL – 19/02/2018****SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS****Item 1 - Abertura e Informes Gerais.**

O presidente da CTIL, Sérgio Gonçalves, iniciou os trabalhos informando que a data da 40ª Reunião Extraordinária do CNRH estava marcada para o dia 08 de março corrente. A Sra. Célia Rennó, representante das Organizações Técnicas pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), leu manifesto assinado conjuntamente pela ABES e pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), contrário a proposta do governo federal de revisar o Marco Legal do Saneamento por meio de Medida Provisória, alterando a Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico, e a Lei 9.984/2000, que dispõe sobre a criação da ANA. Foi sugerido elaborar uma moção do CNRH reforçando o posicionamento contrário a proposta e a forma como estava sendo conduzida.

Linhas 56 a 110 da ATA-Transcrição

**Item 2 - Aprovação da minuta da Ata das 140ª e 141ª Reuniões da CTIL.**

- A Ata da 140ª Reunião da CTIL foi aprovada, considerando os ajustes apresentados pela representante da CHESF, Sonali Cavalcanti, e pelo representante da FONASC, Gustavo Gazzinelli. Acordou-se que anexo à ata irá a transcrição da reunião.
- A Ata da 141ª Reunião ficou para ser avaliada na reunião seguinte.

Linhas 223 a 402 da Ata-Transcrição

**Item 3 -** Informe da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente sobre a avaliação das Resoluções que: i) define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos segmentos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ii) estabelece processo de consulta para a definição das prioridades de aplicação dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia, para o exercício orçamentário 2019/2020.

O informe foi realizado pelo Procurador Sidarta Costa de Azeredo Costa, da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Na ocasião, esclareceu que as minutas de Resolução mereciam reparos em alguns de seus dispositivos, por, salvo melhor juízo, apresentar prováveis infrações a normas jurídicas. E que, em virtude disso, a Conjur sugeriu adequações estruturais e reparos legais, para se adequar as normas vigentes. Diante dessas alterações haveria necessidade de uma nova apreciação pela plenária do Conselho, conforme determina o §1º artigo 15 do Regimento Interno do CNRH. Os representantes da CTIL tomaram ciência dos processos e acordaram que, por constar da pauta que se tratava de um informe, não se manifestariam sobre as alterações redacionais propostas pela CONJUR. Cabendo ao CNRH fazê-lo.

Linhas 403 a 1200 da Ata-Transcrição.

**Item 4** - Proposta de Resolução que “Aprova o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai”. *Matéria encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH.*

O Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai teve sua condução realizada pela Agência Nacional de Águas (ANA) e acompanhamento dos trabalhos pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH).

O representante do Fonasc, Sr. Gustavo Gazzinelli, questionou o Parecer n. 01/2018/CTPNRH/CNRH/MMA, em que se destaca os seguintes pontos:

- O parecer deveria conter uma análise da NT sobre áreas de restrição de uso;
- O parecer deveria ter sido discutido na CTPNRH antes de ser enviado para a CTIL;
- O tema de áreas de restrição de uso não foi discutido de maneira satisfatória na CTPNRH;
- Conter o número de representantes que votaram a favor do encaminhamento do PRH a CTIL; e
- Por último, propôs que o parecer fosse revisado.

Após esclarecimentos por parte da Agência Nacional de Águas e manifestações de representantes que participam também da CTPNRH, foi colocada em votação a proposta de retorno do processo à câmara técnica de origem. Foram apurados nove votos contrários e um voto favorável (Fonasc).

Com esse resultado, deu-se início a avaliação da norma que teve os seguintes destaques:

#### **Considerando**

- Adição de um Considerando

*Considerando as recomendações do Comitê Nacional de Zonas Úmidas pertinentes à Região do PRH Paraguai.*

- Complementação de Considerando

Considerando que o GAP recomendou a aprovação do PRH Paraguai, conforme Ofício nº 05/2018/GAP, de 15 de janeiro de 2018, enviado ao CNRH e que a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH manifestou-se favoravelmente à aprovação do PRH Paraguai, conforme Parecer n.01/2018/CTPNRH/CNRH e seus anexos”.

#### **Artigos:**

##### **a. Artigo 3º**

Neste artigo foi proposta uma emenda aditiva, quanto a inserção do ponto de vista ambiental na gestão de recursos hídricos. Realizaram-se discussões quanto aos conceitos

dos termos ambiental e socioambiental, e da possibilidade de citar-se o artigo 3º da Lei 9.433/1997 na resolução como diretrizes gerais. Após debates, acordou-se a redação:

*Art. 3º Na implementação do PRH Paraguai, deverão ser empreendidos esforços para a gestão dos recursos hídricos da região, do ponto de vista ambiental, geopolítico e multissetorial.*

#### **b. Artigo 4º**

Neste artigo foi sugerida a retirada do endereço eletrônico dos sítios da ANA e do CNRH, tendo como argumento, que estes endereços podem sofrer alterações.

*Art. 4º O PRH Paraguai deve ser disponibilizado nos sítios eletrônicos da ANA e do CNRH.*

Realizadas as adequações na redação a proposta de resolução foi aprovada pela CTIL.

Linhas 1200 a 3031 da Ata-Transcrição.

**Item 5** - Proposta de Resolução que “Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”. *Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB.*

O presidente da CBH-SF, Sr. Anivaldo Miranda, fez um breve histórico das motivações que levaram à proposição da norma, que visa estabelecer procedimentos para a atualização os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Ouvidas diversas manifestações quanto aos termos dos documentos, seguidas de esclarecimentos prestados pela ANA, CBHSF e AGB Peixe Vivo, os membros da CTIL se manifestaram quanto ao retorno da matéria à CTCOB. Com sete votos contrários e duas abstenções (FONASC e ABES) deu-se continuidade da matéria na CTIL.

Vencida essa etapa, passou-se aos ajustes a minuta de resolução encaminhada pela CTCOB.

#### **Considerando**

A votação pela manutenção dos considerandos, na forma como encaminhados pela CTCOB, mencionando os documentos da ANA e da própria CTCOB, teve sete votos favoráveis e duas abstenções (ABES e FONASC). Aprovada a sua manutenção houve também a inversão do considerando sugerido pelo Fonasc na CTCOB, para a última posição, também sugerida pelo próprio Fonasc na CTIL.

#### **Artigo**

##### **a. Artigo 1º**

Foi unânime a votação sobre a inclusão da sugestão do Fonasc das observações das alterações no Artigo 1º com a eliminação do Artigo 2º, tornando mais clara a compreensão da norma.

Nova Redação:

*Art. 1º Aprovar os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nos termos dos Anexos I e II da Deliberação CBH-SF nº 94, de 25 de agosto de 2017, conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBH SF, observadas as alterações a seguir:*

**b. Artigo 2º**

Com a exclusão do Artigo 2º da redação original, o Artigo 3º passou a ser o 2º.

*Art. 2º A aplicação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nos termos dos Anexos I e II da Deliberação CBHSF N.94, de 25 de agosto de 2017 passará a vigorar, conforme essa Resolução, em 1º de janeiro de 2019.*

Realizados os esclarecimentos e adequações, a redação da proposta de resolução foi aprovada pela CTIL.

Linhas 3046 a 4757 da Ata-Transcrição.

**(Inversão de Pauta)**

**Item 7** - Proposta de Moção que “Recomenda à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a adoção de medidas que visem assegurar a alocação dos recursos estabelecidos em lei ao CT-Hidro para o financiamento das atividades sob sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. *Matéria encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos.*

Por sugestão do representante do Fonasc, foi realizado ajustes no texto original, visando dar maior ênfase a proposta, contando com a aprovação unânime.

Nova redação:

Aprovar Moção, dirigida à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, recomendando a garantia da alocação dos recursos orçamentários e financeiros estabelecidos na legislação no CT-Hidro para o financiamento das atividades sob sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Linhas 4810 a 4892 da ATA-Transcrição.

**Item 6** - Proposta de Resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do Art.7º da Lei Nº 9.433/97”.

*Matéria encaminhada pelas Câmaras Técnicas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR.*

Foi realizada uma breve discussão sobre a proposta de resolução. Na ocasião, os representantes da Agência Nacional de Águas, Luiz Henrique Silva e Rodrigo Flecha, pontuaram que a minuta em questão possuía inconsistência conceituais e legais que precisavam ser sanadas antes de se avançar em uma proposta definitiva. Defenderam que a norma retornasse às Câmaras Técnicas de origem. Foi enfatizado, por alguns dos membros, que a parte técnica já havia sido superada, conforme apontado no Parecer conjunto, e que, portanto, a CTIL deveria realizar análise legal e institucional.

Diante do adiantado da hora e dos debates realizados, acordou-se os seguintes encaminhamentos:

- A matéria continuará na CTIL, que avaliará os aspectos legais e institucionais;
- A CTIL solicitará a ANA que apresente suas considerações e propostas de aperfeiçoamento à norma;
- Para a reunião marcada para os dias 12 e 13 de abril, o tema será o primeiro ponto de pauta e tratado com prioridade.
- Para o melhor avanço das discussões, os representantes devem encaminhar previamente à reunião as contribuições para o aperfeiçoamento da proposta.

Linhas 4893 a 5340 da Ata-Transcrição.

**Item 8** - Posicionamento sobre o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 86/2015 (PL nº 2988/2015), que altera a Lei nº 9.433/1997, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.

- Não houve tempo para analisar esta matéria, que deverá retornar na próxima reunião.

**Item 9** - Cronograma de reuniões para 2018, considerando o atendimento às metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, Prioridades do CNRH e as propostas do Legado.

- Não houve tempo para analisar esta matéria, que deverá retornar na próxima reunião.

**Item 10** - Encerramento.

- Acordou-se que a data da próxima reunião da CTIL será nos dias **12 e 13 de abril**, tendo como principal ponto de pauta a proposta de resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do Art.7º da Lei Nº 9.433/97”.